

ASSOCIAÇÃO JUINENSE DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO JURENA AJES
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURENA - ISE
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO, ORIENTAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR

8,5

**“AS RELAÇÕES ENTRE A COMUNIDADE E A ESCOLA MARIA DO CARMO DE
OLIVEIRA RABELO”**

SUELI CÂNDIDO MATIAS

ORIENTADOR: Prof. Ilso Fernandes do Carmo

ROLIM DE MOURA/2008

**ASSOCIAÇÃO JUINENSE DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO JURENA AJES
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURENA - ISE
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO, ORIENTAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR**

**“AS RELAÇÕES ENTRE A COMUNIDADE E A ESCOLA MARIA DO CARMO DE
OLIVEIRA RABELO”**

SUELI CÂNDIDO MATIAS

ORIENTADOR: PROF. Ilso Fernandes do Carmo

*“Monografia apresentada como exigência
parcial para obtenção do título Especialização
em Gestão, Orientação e Supervisão Escolar”.*

ROLIM DE MOURA/2008

**ASSOCIAÇÃO JUINENSE DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO JURENA AJES
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURENA - ISE
ESPECIALIZAÇÃO GESTÃO, ORIENTAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR**

BANCA EXAMINADORA

PROF. ILSO FERNANDES DO CARMO

Agradeço a Deus pelo dom da vida permitindo-me superar obstáculos, aos professores que deram sua parcela de contribuição e mostraram que ainda precisamos aprender muito, se quisermos mudar algo na sociedade, à minha família pela compreensão e incentivo demonstrado durante toda essa trajetória.

Dedico essa obra aos meus filhos,
companheiros e incentivadores, e a minha
mãe Ana Maria pela compreensão e
carinho.

“É possível mudar nossas vidas e a
atitude daqueles que nos cercam
simplesmente mudando a nós mesmos”

RUDOLF DREIKURS

RESUMO

O presente trabalho será desenvolvido na área de Educação, tendo como subárea na gestão, orientação e supervisão, na que será enfocada as relações da escola e comunidade Maria do Carmo de Oliveira Rabelo, visando a integração como parte do processo de ensino aprendizagem. Trata-se, portanto, de uma pesquisa bibliográfica com estudo aprofundado, substanciado em referencial teórico existente e pesquisa de campo.

Com este trabalho pretendemos mostrar essa relação que caminha por veredas paralelas, não havendo práticas sem integração sem relacionamento.

Abordaremos os obstáculos existentes nesta integração tentando promover uma relação mais humana e produtiva entre a escola e a comunidades, derrubando algumas barreiras existentes sem desconsiderar as contradições e através da realidade da vida.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
CAPITULO I – ESCOLA E COMUNIDADE A RELAÇÃO (IN) POSSÍVEL.....	10
CAPITULO II– COMUNIDADE: ESCOLA COMO PROGRESSÃO.....	18
CAPITULO III -ESPAÇO DE INVESTIGAÇÃO.....	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	36

INTRODUÇÃO

A reflexão sobre as relações escola e comunidade, a crise pela qual esta passando. Numa controvérsia de responsabilidades e atribuições, dentro do processo ensino-aprendizagem. O desinteresse da comunidade escolar pelo saber, pelos problemas educacionais. Nos levou a escolha desse tema, já que convivemos com o mesmo no dia-a-dia.

A escola não pode ficar alheia a problemática social, econômica e política do país, mas principalmente da comunidade em que está introduzida. Se a escola educa seres humanos, e este sendo um ser social, não podemos educadores isolá-los da comunidade. Mas sim junto com a comunidade, educá-los para viverem em grupo e conviver com o mundo e suas controvérsias. A sociedade precisa deixar de ver a escola como um estabelecimento de ensino do governo, onde tudo que há de bom ou de ruim é culpa dele. A totalização escola-comunidade garantirá o compromisso com o saber, a valorização dos profissionais, o respeito a comunidade e a descoberta do cidadão e seus direitos

Para podermos investigar melhor esta relação, fomos buscar a história da comunidade escolar Maria do Carmo de Oliveira Rabelo desde a data de inauguração. Como era a comunidade social, economicamente e culturalmente? Em que contexto se encontra hoje? A comunidade é a mesma já que continua no mesmo bairro?

Preocupados em compreender a falta de integração, fomos buscar, principalmente nas obras de Paulo Freire, Gadotti, Suzana Albatroz Stein, Vitor Henrique Paro, entre outros, as razões deste afastamento.

Assim através de um a pesquisa de campo procuramos conhecer a opiniões de professores, alunos e pais sobre a problemática educacional. Quais as possíveis saídas para que a escola se integre a sociedade e vice-versa.

Como a escola vai planejar atividades, conteúdos que vão de interesses á comunidade. Como ensinar valores morais e de conduta sequer conhece os pais dos educandos e suas expectativas para com a escola. Como a comunidade vai exigir da escola se nem sabe o que de um planejamento e quais são seus direito e deveres para com a escola.

Conscientes somos de que este é um tema de profunda reflexão mas não temos a pretensão de esgotá-lo, apenas fazemos um questionamento, que aponte para a luz no fim do túnel.

CAPITULO I

ESCOLA E COMUNIDADE: A RELAÇÃO (IM) POSSÍVEL

Compreendemos a escola como um grupo de pessoas engajados em propiciar experiências, informações, conhecimentos e convívio social ao povo. Neste contexto, espera-se que as partes e os membros dos grupos tenham consciência de suas funções e influências. Os grupos precisam saber o que se espera deles.

1.1 – A ESCOLA COMO UM PROJETO COMUNITÁRIO

A escola é uma necessidade da sociedade, uma comunidade não pode viver sem escola.

“Todos os homens, de qualquer estirpe, condição e idade, visto que gozam da dignidade de pessoas, têm o direito inalienável a educação, correspondente ao próprio fim, acomodada a própria índole, sexo e tradições pátrias, ...” (Gravissimum Educationis, Apud SPEYER, 1983:13).

Quando isso acontece, logo ela se mobiliza através de: comissões, representações, líderes comunitários e políticos que foram eleitos pela comunidade, e reivindicam sua instalação. Exige de seus representantes, pressionam as autoridades competentes, até conseguir seu intento. A escola tem consciência que através dela e da educação sistematizada que seus filhos vão ter orientação para a sua vida presente e futura.

Sabemos que o homem é o único ser que tem cultura, isto é, recria a partir de alguma coisa já existente. Não é como os animais que repetem as ações e comportamentos exatamente iguais aos seus antepassados.

O ser humano não consegue seguir a mesmas atitudes e comportamentos de seus antepassados, porque tem consciência do mundo que o cerca.

“ A educação humaniza e personaliza o homem quando consegue que este desenvolva plenamente seu pensamento e sua liberdade e sua liberdade, fazendo-se frutificar em hábitos de compreensão e comunhão com a totalidade de ordem real: por meio deste o próprio homem humaniza seu mundo, produz cultura, transforma sociedade e constrói história.” (Puebla, in: SPEYER, 1983:76)

Por ser capaz de compreender e transformar idéias e conceitos pode criar conceitos em outras idéias próprias. Portanto, transformar, modificar e criar, são ações que é o ser humano pode realizar. Segundo Heller:

“Se manter no mundo da integrações maiores, de orientar-se em situações que já não possuem a dimensão a dimensão do grupo comunitário, de mover-se no âmbito da sociedade em geral, e além disso, de mover por sua vez esse mesmo ambiente.” (HELLER 1992:137)

Baseado nestas considerações coloca-se a escola, como um meio para obtenção de conhecimentos, troca de experiências e convívio social. Através de seus objetivos e seus conteúdos espera-se que ela proporcione as atividades que venham de encontro aos anseios da comunidade, que nem de longe estão sendo atendidas, pois estas instituições também estão em crise, como aliás, todos os setores da sociedade brasileira.

Atacadas por uns, defendida por outros, a escola está inserida dentro da comunidade. O conflito de opiniões ao seu respeito entre os teóricos da educação e da comunidade é saudável, até porque sem o conflito seríamos condenados a inércia, ao marasmo. É uma pena que estes conflitos ocorram esporadicamente, teriam que acontecer com mais frequência, e em condições sucessivas. Gadotti explica:

“ dificilmente encontramos hoje educadores, pais ou mesmo alunos satisfeitos com a escola atual. Os alunos se queixam da burocracia e do autoritarismo, os pais, da baixa qualidade do métodos. Os professores se queixam dos baixo salários, da falta de liberdade, do centralismo. A administração acusa os professores de corporativismo. Alguns acham que a escola do passado era melhor, outros que só a

escola pública é pior. São verdades mas também são meias verdades: existem boas e más escolas privadas. Por outro lado é inegável que existe uma insatisfação geral com a escola atual publica e privada...”(GADOTTI, 1990:36)

O papel da escola e da educação que ela oferece anda mais indefinido dentro da própria escola e da comunidade. Esta última sabe que a educação é algo necessário, “uma coisa boa para as crianças”. Mas, por outro lado, fala muito mal da escola e de seus ensinamentos. A comunidade tem uma escola e uma educação ideal, que ela acha boa, por isso descredita a escola e a educação real que percebe como insuficiente.

Na sociedade primitiva a continuidade das tradições e dos ofícios eram preservados, respeitados e ensinados aos mais jovens através da própria comunidade. Era uma tarefa feita por todos os adultos. A aprendizagem, partia da necessidade e da experiência anterior do aprendiz. Aprendia-se fazendo. Educar é tarefa coletiva que extrapola a escolarização; assim sendo, com a participação da comunidade na vida escolar, passa-se a vivenciar com mais plenitude o verbo educar, que vincula-se ao participar.

Com o “progresso” da sociedade, essa tarefa foi dada para a escola. Pessoas se especializaram para transmitir o saber, a partir daí começaram a desvinculação entre o saber prático e o saber teórico. Muitos alunos e pais não entendem a linguagem da escola e a capacidade prática dos conteúdos ensinados por ela hoje.

Nesse sentido Saviane afirma:

“A escola onde estudam os filhos do agricultor não desenvolvem o conhecimento e nem a perfeição as práticas que as condições de tradição e trabalho oferecem a esses alunos. O conteúdo, a linguagem e os próprios textos didáticos ignoram o contexto cultural. Tudo acontece como se o conhecimento formal dos programas de ensino nada tivessem a ver com a realidade do aluno.”(Saviane, 1990:61)

1.2 - A ESCOLA: ESPAÇO FÍSICO NUMA COMUNIDADE VIVA.

A escola é um lugar onde deve-se possibilitar o saber, a cultura e o conhecimento. Para que o homem possa ter uma vida digna, seja um cidadão com plenos conhecimentos da moral, das virtudes, dos direitos e dos deveres. Assim poderá exercer plenamente sua cidadania. Os lugares destinados a estes

ensinamentos devem ser adequados, isto é, onde a pessoas se sintam bem e possa ter o mínimo de conforto e Higiene.

A política do nosso país a cada ano que passa vem destinando para a escola, verbas pequenas e que se tornam mais pequenas devido aos longos caminhos que percorrem. Deixando em seu trajeto os gabinetes e seus funcionário, que além de receberem seus salário, recebem gratificações, departamentos que mais geram empregos do que contribuem para com a escola e sala de aula.

Quando a verba chega na escola está tao reduzida que não se sabe onde aplicar, devido a grandiosidade dos problemas. É onde nos deparamos com um local onde se possibilita o saber, sem material de limpeza nem de expediente. Com imobiliário, quando tem o suficiente, inadequando a boa postura. São mesas e cadeiras desconfortáveis e em algumas escolas ainda estão aqueles de madeira rústicos, fazendo-se com que a criança de menos idade se estoque mais ficando na ponta da cadeira para poder escrever.

Os banheiros são maus cheirosos, quebrados e nunca estão de acordo com os ensinamentos de higiene e saúde que consta no currículo. A biblioteca, quando tem, é pobre e os volumes já velhos, desatualizados e empoeirados. Estes livros pouco incentivam alunos e professores á leitura e a pesquisa.

Os bebedouros são sujos, lodentos e a água está sempre quente para a reclamação geral dos alunos. *“A casa dos saber, a casa da cultura se tornam a casa de ruína. Destruída pela podridão, nem mais escovas ou remendos são possíveis.”* (MENEGOLLA, 1991:34).

A nossa região em administração escolar é um dos fatores que tem contribuído para que os problemas se agravem, ainda mais entre a comunidade e a escola. São pessoas que assumem o cargo, se é que assumem, estando sem preparo e desconhecendo a realidade local. Desmancham a estrutura existente, que embora precária, mas com algumas experiências vitoriosas, e tentam construir outra, totalmente nova.

Como este cargo de diretora político partidário, com as novas eleições vem os novos “diretores”. Nas duas ultimas eleições vem acontecendo nas escolas votação para escolha das direções. Após o resultado final é encaminhada uma lista

tríplice onde o representante de ensino junto com o governo escolherão um diretor entre os três nomes enviados. Tentando assim nos passar uma idéia de gestão democrática. Nem sempre o voto da comunidade é respeitado. Nem a decisão das autoridades questionada por parte da comunidade.

Entre estes administradores pouco são habilitados para o cargo para o cargo e demoram muito para se adaptar e traçar metas de trabalho e se relacionar com a comunidade escolar. Devido a maneira como foram colocados no cargo, ficam entre duas contradições: as ordens e as exigências das autoridades superiores escolares, que freqüentemente são contrárias às exigências e necessidades escolares.

Apesar de toda essa problemática em que se encontra a escola, ela não se abre para o debate das dificuldades. Isso só tem beneficiado o poder público e político que não se preocupam com os problemas e a qualidade de ensino. A educação para esses “políticos” é vista como meio para implantar ideologias e ganhar votos. A escola está sempre presente em épocas de eleições em em todos os programas e de partidos políticos e comícios demagógicos. Sobre a concepção de educação e de escola desses “políticos”, afirma MENEGOLLA: *“Os seus veneráveis adoradores na sua ganância de “santidade”, tentam trapacear os seus direitos, através de barganhas e safadezas disfarçadas de orações fingidas.”* (1991:12)

1.3 A INTERAÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

Dentro da situação político educacional em que se encontra a escola, as relações entre os membros da escola, não poderia estar diferente do contexto. Segundo Lenhard:

“A interação social entre varias pessoa só pode ser continua se entre elas prevalecem um certo acordo quando ao modo de proceder especifico, a ser esperado de cada uma, por parte de outras, E seu conhecimento de todos for referido aos das demais, ajustando-se umas “as outras”. (Lenhard – 1985:127).

Este ajustamento do qual afirma Lenhard tem sido difícil devido a contingência de novos alunos que chegam a escola, os quais trazem expectativas,

objetivos e esperanças distintas. Estas crianças chegam de diversas camadas sociais. Já viveram muitas experiências, têm visões de vida e de valores que divergem umas das outras e conseqüentemente de seus professores. É um universo de particularidades. São pessoas que terão que aprender a conviver umas com as outras.

Tanto aluno como professor passam por um período de conhecimento, o qual será necessário, ao ensino-aprendizagem. Aprender a conviver com os colegas, aceitar competições, as críticas as rejeições e as normas da escola. São momentos de adaptação que os educadores e educandos passam ao chegarem na escola.

O ambiente escolar, a postura diante do aluno no que tange as regras e a relação professor-aluno e matéria, vão adicionar estes relacionamentos. O posicionamento político-educacional do educador assim como sua teoria educacional, vão nortear as relações. A responsabilidade pela educação e realizam do educando e da comunidade passam pelo trabalho do professor. Esquecidos pelas autoridades, sem uma política educacional digna, sem condições de ler e comprar livros, se torna presa fácil, da “pedagogia tradicional, a qual visa o repasse do conhecimento acumulado pelos adultos como verdade absoluta”.

A jornada extensa de trabalho em nosso país o impede muitas vezes de: avaliar, discutir, reavaliar a aprendizagem, dentro do horário de trabalho, essas atividades são extraclasse, sobrecarregando a vida do professor em suas folgas.

O salário do professor dá para sobreviver, tendo que muitas vezes, de ser complementado com outros serviços, chamados “bicos”. Não sobra para o lazer. Professor nunca pode viajar final de ano, passar férias coma família em cidades litorâneas. Quando isso acontece é porque a família não depende exclusivamente do salário de professor para sobreviver.

Infelizmente os educadores conscientes de seus trabalho e de seu papel, estão abandonando o magistério, por estarem insatisfeitos com a politica educacional. Esse contexto também reflete na sala de aula, onde os alunos sonham outras profissões, menos a de professor. “ O educador se sente desvalorizado. A prova disso é o baixo salário que recebe”. (Professor de ensino fundamental)

Quando pede maiores salários e condições de trabalho é criticado pelo governo e pela comunidade mal informada sobre os problemas educacionais, suas reais condições são sempre inoportunas, incoerentes e políticas, só servem para prejudicar os alunos. Com resultado concreto, repõe todas as aulas dos dias que esteve em greve, quando não são descontados de seus magros salários.

Dentro da escola a greve tem seus adeptos e seus opositores, um dele é o diretor que é transformado em delator e muitas vezes os próprios colegas que se acovardam sobre a “ pressão” que vem de “cima”. Tornando a convivência entre professores e direção cheio de rementimentos a pós os movimentos grevistas.

O currículo é um dos fatores que vem dificultando as relações, pois ele tenta nivelar as camadas sociais. Isso vem promover preconceitos, devido ao padrão de vida da camada social (menos favorecida) assim com a repetência e evasão escolar.

A escola se divide em vários grupos de se agrupam por funções, cargos, responsabilidades ou interesses. O que ocorre é que as pessoas falam linguagem diferentes e se limitam a fazer o serviço para o qual foram contratadas, não se envolvem com o objetivo maior que é o ensino-aprendizagem e a educação de qualidade. Os trabalhadores em educação ainda não se consideram educadores, atribuem essa função exclusivamente o professor. A relação ensino-aprendizagem se dá não somente em sala de aula:

“O que se reivindica é uma organização escolar em que o trabalho e as relações em seu interior se dêem de modo a não contradizer as características democráticas do próprio ato educativo enquanto relação humano-genérico por existência, pois é nessa relação entre sujeitos que se dá transmissão e o apropriamento do saber historicamente produzido, característica exclusiva da espécie humana” (PARO, 2000:103).

Maria Helena Novais coloca ainda: *“O processo educativo é basicamente um processo de informação e de comunicação pressupondo interação entre os elementos atuantes e incluindo reciprocidade, complementaridade..”* (NOVAIS, 1986:17)

Daí a importância de se traçar participativamente os objetivos e filosofia da escola, sua missão. É importante que se registre se uma escola tem definido o que pretende, é mais fácil quando todos estiverem comprometidos tanto com a

instituição escolar quanto com os demais segmentos educacionais. A educação depende da vontade, do compromisso e principalmente do conjunto de ações pedagógicas. As relações que constroem na estabilidade, no respeito, companheirismo e convívio social.

Hoje os funcionários da cozinha, limpeza e guardas são tido como pessoas á parte da função educativa, esta atitude que se instalou é que impede a interação entre os grupos. As pessoas até mesmo alguns grupos dentro da escola tentam fazer educação individualmente, quando sabemos que a educação é um processo integrado, coletivo e aderente ao convívio social. No capítulo seguinte trataremos dessa questão e da importância das ações conjuntas.

CAPITULO II

COMUNIDADE: ESCOLA COMO PROGRESSÃO

O progresso individual, desenvolvimento intelectual e as possibilidades de outras realizações passam pela escola. É preciso descobrir o saber necessário para ajudar os estudante a se munirem de conhecimentos aumentando as possibilidades profissionais assim como convívio social e solidariedade. É com o planejamento participativo que podemos conhecer caminhos e horizontes, para chegar a uma educação voltada aos interesses sociais.

2.1- PROJETO DE MOBILIDADE SOCIAL.

Para comunidade, escola e diploma são formas de ganhar mais e assim poder mudar a classe social. A escola vem a cada ano frustrando a entrada e a permanência da classe mais pobre.

A comunidade vê na escola um meio para que seu filho possa se desenvolver habilidades mas as barreiras são muitas para a classe popular. Quando é educado, apesar das dificuldades, permanece na escola que lhe oferece poucos subsídios para que ele possa disputar uma vaga em um emprego melhor onde a disputa é ferrenha.

A competição no mercado de trabalho e na escola é desigual, une a classe pobre. Dificilmente o filho do lavrador será um executivo, ou médico, ou o filho de um banqueiro um lavrador. Será que a escola é um lugar onde os pais colocam seus filhos para serem iguais a eles? Que hoje, é necessário que o sabe conste nos currículos, mas que saber deve constar para ameniza as enormes diferenças sociais. Sobre isso Paro expõe:

“ A primeira questão a ser enfrentada no exame da situação, de calamidade em que se encontra a escola publica fundamental parece referir-se precisamente a sua própria função social, ou melhor, a uma função social que se lhe possa atribuir para cumprir adequadamente um papel consistente de socialização da cultura ao mesmo tempo de contribuição (por modesta que seja) para democratização da sociedade.” (Paro, 2000:130).

Autoridades em educação como: Gadotti (1990), Lopes (1989), Freire (1979), e outros, alertam-nos para essa educação reprodutora da sociedade dominante; e que possam possibilitar a função de cidadãos críticos e participativos através da reversão deste quadro com mudanças profundas e mais profundamente no sistema educacional.

O governo e a escola não conseguem resolver os problemas de ensino-aprendizagem, assim como da qualidade, administração e conservação. Mediante esses fatores vemos a evasão e a desvalorização do ensino publico pela classe média que opta pela escola particular e que o Estado como seu porta voz. Mas apesar dos processos coletivos contra os preços abusivos das mensalidade e passeatas de pais e alunos, nesse sentido não vimos nenhuma manifestação semelhante pela qualidade de ensino, seja na rede particular ou pública.

A escola vive um momento bem diferença pela cultura, e o saber que fazem perante a comunidade, o resgate inclusive, de seu valores como educador, vai depender da escola e do meio em que esta inserida.

O educador sabe que devemos mudar essa visão da comunidade, sabemos que as relações entre escola e comunidade são frias e superficiais. Os pais só são convidados a virem na escola nos conselhos e para falarem de seus filhos. Na maioria das vezes muito mal e para festa como convidados, nunca participam das tomadas de decisões no que dizem respeito a instituição escolar.

A escola não está preparada, aberta para a comunidade. A comunidade sensibilizada, politizada, consciente de seu papel e informada de seus problemas educacionais, terá capacidade para poder participar dos processos de mudanças desse quadro. Bordonarvi expõe:

“A participação democrática quando os grupos da população interessados em um tema específico recebem informação específica, conhece os canais da reivindicação e são alertados para forma de consultas de acesso”.(Bordonarvi – 1981:69)

As mudanças repentinas, radicais e levadas por emoções momentâneas, passam rápidas como furacões, as ações contínuas conscientes, vão sendo aos poucos realizadas, construídas. Portanto, reafirmamos que os agentes das mudanças do papel do ensino deve ser conhecedores de seus papéis. Como transformar e mudar se não se conhece o objeto da transformação e suas consequências?

A ditadura militar levou a comunidade à acomodação, deixando as decisões a cargo do governo, cabendo ao povo as consequências, críticas amenas e ao conformismo. A participação e a mobilização são elementos novos dentro da comunidade. Ainda não se tem claro a força, a importância e os elementos para uma participação efetiva. Os fatos evidentes convidam a uma atitude ativa, uma mobilização da sociedade em prol da escola pública.

A participação da comunidade na escola encontra muitos obstáculos para se realizar. Por isso não se deve desistir diante das primeiras dificuldades. A participação acontece no momento do voto. Ao longo dos quatro anos seguintes de mandatos, ao invés de atender as necessidades do povo, o Estado serve aos interesses da minoria.

Para Paro (2000), a democracia está relacionada a ações do estado. O que leva-nos a pensar que a escola é uma ação do estado, uma estatal. Para tornar-se pública precisa do acesso geral e indiferenciado a uma boa educação escolar, pela sociedade. As participações dependem dos motivos e o grau de informações que obtêm sobre o assunto.

A participação não é apenas fazer um número, mas a intenção, atuação, envolvimento com o problema, se sentir parte do todo em questão. A

atuação coletiva não pode ter interesses pessoais, por isso é uma aprendizagem de democracia.

Os profissionais da educação não têm nas mãos um elemento muito forte de mobilização que é a escola: fonte de todos os problemas e também de todas as possíveis soluções, o educador consciente valoriza o saber a pesquisa e o quanto estes elementos são importantes para vivermos em melhor, isso vai criando um vínculo permanente entre a cultura elaborada e a cultura de massa.

O respeito e a credibilidade , depende da postura, vontade e principalmente de objetivos claros que apontem caminhos, aí contamos com uma peça fundamental que é o supervisor escolar, ele é quem faz esta ponte entre a escola e a comunidade, é este pedagogo que facilita a integração entre o grupo dentro da escola. Sua ação integradora faz a ligação escolar, familiar e comunitária.

2.2. PARTICIPAÇÃO NECESSÁRIA

A necessidade da integração e a participação entre os agentes pedagógicos é determinante neste processo de mobilização. O companheirismo e a solidariedade são fundamentais. O egoísmo é algo a ser superado. As guerras entre os grupos para a demarcação de poder só tem prejudicado o conjunto educacional.

Enquanto pais, coordenadores,diretores,professores e comunidades não sentarem para discutirem soluções a favor das classes menos favorecidas, a situação fica longe de solucionada. As autoridades têm que descer de seus pedestais de superiores.

A escola não é dos especialistas em educação, nem do governo, ela é da comunidade, é nosso dever como cidadão conservá-la e prezar pela sua eficiência.

Infelizmente a comunidade escolar, ainda não assumiu a sua verdadeira responsabilidade, devido aos fatos já citados neste trabalho.

As responsabilidades da construção da escola que queremos sairá desta discussão e conseqüentemente de um projeto comunitário de educação, a

partir das concepções educativas, do compromisso educacional, das pessoas é que podemos ter um planejamento educacional realmente participativo, não este planejamento mascarados, onde a comunidade é usada como figurante, manipulada, onde se tem a ilusão do papel principal.

O povo brasileiro tem travado batalhas heróicas diárias contra a fome, o desemprego, as injustiças, por que não chamar este povo e inteirá-lo da problemática educacional, do currículo e do planejamento escolar:

A problemática educacional é nossa, portanto estamos todos sendo atingidos de uma maneira ou de outra. Projetos e planejamentos participativos têm sido experimentado em todo Brasil, e a revista Nova Escola tem trazido reportagens e experiências positivas nesse sentido, Paulo FREIRE (1991:32 a 36), nos dá exemplos de mobilização e empenho por parte da comunidade escolar no sentido de educação participativa onde todos foram contagiados pela solidariedade, companheirismo e compromisso educacional, com um saldo de 88,85% de aprovações.

Até hoje nossos currículos são feitos em gabinetes e salas com ar condicionados, longe da comunidade escolar .

E o resultado da aprendizagem está bem perto de nós, na escola de nosso bairro.

Se queremos realmente a mudança, devemos atacar o centro do problema, o planejamento, sua função, seus objetivos e conteúdos, enfim um debate em todos os ângulos. Debates principalmente nosso compromisso para com a educação. Não se pode mudar, nem participar, reafirmamos com embasamento, como mudar algo movido por paixões e ideologias?

Vemos o “planejamento participativo” como algo a parte da realidade local, com a participação consciente da sociedade escolar. Sabemos que este tipo de planejamento é uma arma, se cair em mãos erradas é perigosa. Pode ser a salvação da escola pública, pois a comunidade escolar vai definir os caminhos a serem seguidos, o saber necessário para a prática da cidadania, exigindo seus direitos sociais e políticos.

Por outro lado vemos o “planejamento participativo” onde as informações passadas para a comunidade são manipulados por “líderes comunitários”, estes querem que a escola permaneça exatamente como está, assim fica fácil iludir com promessas.

Estes debates promovidos na escola se tornam verdadeiros palanques para partidos, onde vão fazer campanhas e tentar ganhar adeptos. Deixam a escola mais desprestigiada perante a comunidade, como diz BERGER (1977, p.135): *“a situação de dependência só poderá ser superada pela obtenção de identidade, segurança e determinações próprias, tanto individuais como coletivas”*

O povo brasileiro é criativo, solidário e principalmente sensível , não importa a classe em que se encontra. Tem fé e esperança. Já demonstrou isso no decorrer da história e nos deu demonstrações contínuas disso, através dos meios de comunicação, quando participam de campanhas em prol da solidariedade. Por que não pedir a este povo que, juntamente com os educadores, resgate e reconstrua a escola?

È tempo de crer que o povo não é só depósito de propostas e pacotes coletivos, mas tem capacidade de elaborar a solução.

2.b. AS ASSOCIAÇÕES DE PAIS E PROFESSORES.

O aparecimento de movimentos pelo envolvimento da comunidade, surge com a escola nova e podemos sentir isso através dos textos de Anísio Teixeira, um dos pioneiros desse movimento. A implantação desse tipo de movimento se deu em escolas de bairros pobres, com o objetivo de ampliar o papel pedagógico.

Com a intenção de ajudar o estudante carente, foi instituído as taxas escolares que eram pagas mensalmente nos bancos ou na direção das escolas. A família carente tinha que apresentar ao diretor um atestado de pobreza, para não pagar a taxa.

De 1950 a 1969, o movimento cresceu e vendo as dificuldades pela qual passava as escolas, se reuniram em associações, através de taxas mensais e promoções reformaram a escola, contrataram funcionários, compraram merendas, etc. O estado se sentiu menos cobrado.

Em 1917 a Lei de Diretrizes e Bases do Ensino de 1º e 2º graus (fundamental e médio), oficializou a APP, na lei dizia que era uma instância de integração entre escola e comunidade, mas praticamente continuaram fazendo o mesmo trabalho.

As cobranças de taxas foi proibida, devido às corrupções, desvios de verbas, etc. Esta proibição aconteceu através das exigências e manifestações da comunidade. Porém as APPS continuaram fazendo o trabalho de assistência nas escolas, as verbas hoje chegam por intermédio de cantinas, promoções, rifas, etc. Será esse o trabalho da APP?

A APP da Escola Maria do Carmo de Oliveira Rabelo adquiriu sua personalidade jurídica através do registro feito sob o nº de ordem 155, às folhas de nº 178 a 179 do livro A-2 de registro de pessoa jurídica, em data de 20 de junho de 1995.

CAPÍTULO III

ESPAÇO DE INVESTIGAÇÃO

A Escola Maria do Carmo de Oliveira Rabelo, situada na Av. Travessa Relíquia, nº 4560, na cidade de Rolim de Moura, Estado de Rondônia.

3.1 HISTÓRIA

Em 1986, começou a funcionar a escola Maria do Carmo de Oliveira Rabelo, atendendo de 1ª a 4ª séries do ensino fundamental.

Em 1992, a escola passou a atender até a 6ª série, 05/09/97, foi inaugurado o atual prédio com 10 salas de aula e uma quadra poliesportiva coberta.

Em 23 de Março de 1988, o documento nº 213, tornou a escola oficializada.

Atualmente, é oferecido à comunidade até a 3ª série do Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos, atendendo 1200 alunos, em todo quadro possui 70 funcionários. Respondem pela direção os professores Claudenir e Neide.

A escola conta hoje com o ensino fundamental de 1º a 9º ano e médio de 1º a 3º ano. Conta ainda com EJA, Educação de jovens e Adultos, Seriado de 5ª a 8ª série e EJA 1º segmento e funciona em 3 turnos: matutino com fundamental e duas séries do ensino médio, 1ª e 2ª série; vespertino com fundamental de 6º a 8º,

1º e 2º ano do ensino médio; noturno com EJA 1º segmento, 5ª a 8ª série do ensino fundamental, 1º, 2º e 3º ano do ensino médio.

Como podemos perceber é uma escola grande. E ao longo de sua história tem acumulando grandes vitórias, mas infelizmente grandes problemas. Contou também com o apoio da comunidade, tanto financeiro, quanto pedagógico. Teve seu quadro de professores de excelente qualidade. Hoje passa por momentos melhores.

No ano passado, 2006, a escola passou por reforma geral. Começando pelo telhado, ganhou novas instalações elétricas, ventiladores, quadros brancos, pintura, piso em cerâmica branca, reforma geral nos banheiros e construção de um novo pavilhão com biblioteca e novas salas de aula.

A escola tem hoje, um ambiente arejado, limpo, agradável para se estar ali. As crianças sentem prazer em ir para escola.

O texto a seguir foi construído a partir de depoimentos de alunos, professores e comunidade. Quando nos propomos a investigar as relações escola-comunidade, partimos do ponto de sua criação, das características da comunidade escolar na qual estava inserida na época, e a comunidade na qual está inserida hoje. Procuramos retratar as duas realidades.

3.2 O CONTEXTO ESCOLAR DE ONTEM

A história da escola Maria do Carmo de Oliveira Rabelo e a história da comunidade rolimorense se entrelaçam. O funcionamento da escola inicia-se em 1986 e o município está sob a administração de seu primeiro prefeito: Valdir Raupp. O corpo docente, discente, corpo administrativo e comunidade eram todos migrantes. A maioria recém chegada. Todos enfrentavam problemas, necessidades, saudades e principalmente vontade voltar à terra natal. O impacto da chegada para alguns era de decepção, para outros de grande expectativa em um futuro melhor e promissor. *“Ao descer do ônibus a primeira impressão que tive foi marcante de mais: lama, mata, lixo e mau cheiro espalhados por toda parte”* (NASCIMENTO, 1990, p. 71).

A estrada que ligava Cacoal a Rolim de Moura era de péssima qualidade e a viagem era cansativa: *“Cansados e empoeirados, chegamos a Rolim de Moura mais parecia um formigueiro humano”* (FARIAS, 1990, p. 86).

Mas todos tinham um sonho, um ideal, por isso permaneciam. A escola era vista pelos funcionários apenas como um local de trabalho, uns como meio para se interrelacionar e trocar experiências, tanto pedagógicas, como pessoais: *“Nós nos sentíamos meio órfãos, na escola, encontrávamos um pouco da família e dos amigos que tínhamos deixado”* (Professora da escola desde 1986).

O fluxo migratório aumentou com o melhoramento da BR-364:

“Em 1986, houve uma forte propaganda, onde Rondônia se apresentava como solução para os problemas de muitas pessoas. Um estado novo, com tudo por fazer; oportunidade” (FARIAS, 1990, p. 107).

A propaganda sobre a doação de lotes de terra pelo INCRA “clima bom, terras fortes”, doados ou a preços baixos provocou uma corrida para Rondônia. As geadas na região sul e a seca no nordeste incentivou ainda mais as famílias. Chegavam de carros, ônibus, caminhões onde eram duas ou mais famílias, enfim até de carroça.

Ao chegarem, iam para os barracões das igrejas católicas, ficavam lá até orientarem-se. As casas de aluguel eram difíceis, para não se dizer impossíveis. A solidariedade dos migrantes era latina“ e para tudo tinha um jeito”, frase dita com frequência entre a comunidade da época.

O município novo, não possuía água tratada, e a energia elétrica só para quem tinha motor próprio.

Os professores, que sempre ganharam mal, foram atraídos para Rondônia, devido ao alto salário que o Estado pagava, naquela época: *“Confesso que o salário foi a causa principal da minha vinda para Rondônia. No Paraná se pagava dois salários em 1986”* (Professora de Ensino Fundamental, 2007).

3.3 A ESCOLA MARIA DO CARMO DE OLIVEIRA RABELO E OS MIGRANTES.

Os migrantes agricultores, só vinham para cidade para fazer compras, moravam em seus lotes. Na zona urbana, fixaram-se os comerciantes, madeireiros e aventureiros que faziam corretagem de tudo que se possa imaginar.

A escola, por estar localizada fora do centro, nova, foi eleita pela comunidade, formada por trabalhadores desse comércio, dos madeireiros e filhos de marceneiros da época.

Como os salários eram bons, a escola contava com um quadro completo de funcionários. Cada funcionário dentro da sua área de habilitação, inclusive contava com um psicólogo e um odontólogo, com consultoria montada na própria escola para atender os alunos: “*A comunidade participava mais das decisões da escola, tinha medo que a qualidade de ensino caísse em relação ao seu estado de origem*” (Professor de Ensino Fundamental, 2007).

Os migrantes não tinham a intenção de se estabelecer, criar raízes, a intenção era ganhar dinheiro e voltar. Tinham medo que voltando, suas crianças não conseguissem acompanhar o ensino no seu estado de origem.

Tudo funcionava de acordo com a comunidade dentro das exigências da mesma, a qual contribuía financeiramente, através de promoções de bailes, festas, rifas, colaboravam e opinavam na parte pedagógica administrativa, com sugestões e críticas: “*A comunidade participava e cobrava mais da escola e do professor*” (Professora desde 1987).

A atuação comunitária era tão forte que as pessoas que acompanhavam a história desta escola, afirmam que se formavam turmas, atendendo a pedidos da comunidade: “umas eram formadas pelo nível socioeconômico, as turmas A eram de elite” (Professor de ensino fundamental).

Foi uma época quando houve muitos experimentos pedagógicos, fazendo-se turnos só de crianças que tinham feito a pré-escola, repetentes em 1ª série, e crianças que nunca tinham freqüentado a escola, por faixa de idade, etc.

Estes projetos foram alvos de muitos debates entre os professores de 1ª série na época, o que levou ao abandono do projeto.

Os educadores a favor não acompanhavam o processo, travando e retardando a aprendizagem dos outros, os contra, entre outros segmentos, defendiam a democratização da escola pública e a integração entre os alunos.

A comunidade escolhia os professores para seus filhos, através da informação e observação do desempenho do professor. Perguntamos a uma mãe, por que escolher a escola Maria do Carmo de Oliveira Rabelo para matricular seu filho, quando chegou aqui em 1987: *“Viemos morar aqui perto, falavam bem da escola, possuíam um quadro de professores muito bom”* (Mãe de um aluno de 5ª série, 2007).

Quanto à atuação da APP da época, constatamos através de entrevista que ela ficou mais no campo existencial. Comprou mobiliário para sala de professores, com armários e gavetas individuais para cada professor, mesa grande com cadeiras, sofás e vasos de flores. Na sala da direção, foram colocadas escrivaninhas torneadas, assim como uma estante para expor troféus enormes, tudo em cerejeira, cortinas de renda para sala dos professores, secretaria, direção e biblioteca. Com o dinheiro da APP, foram construídas duas salas de aula, equipamentos para educação física, materiais para limpeza, construção de um muro alto ao redor da escola, jardinagem e ventiladores para todas as salas de aula, dentre outras coisas: *“A comunidade exigia da escola, pois atribuía financeiramente, sentia-se no direito de exigir, tinham pais que até iam à secretaria de educação pedir a transferência de professores os quais não concordavam com a metodologia”*. (Professora de ensino fundamental).

A equipe técnica pedagógica em consequência exigia mais do professor, cobrando planos de seu planejamento diariamente, visitando-o e acompanhando o ensino e aprendizagem.

3.4 A ESCOLA MARIA DO CARMO DE OLIVEIRA RABELO NO CONTEXTO SOCIAL

O “Eldorado brasileiro”, sonho de prosperidade, as terras férteis, o dinheiro fácil, o salário dos professores e dos funcionários públicos, o mogno e a cerejeira, as madeiras nobres foram se tornando difíceis.

Os funcionários, que em dezembro viajavam para temporada na praia, ou para visitar parentes, não mais podiam sair da cidade. O sonho inicia a se desfazer: “Os alunos matriculados poucos eram os que concluíam, se fazia transferências e matrículas todos os dias”. (Funcionário da secretaria).

Inicia-se o movimento da população em busca de novas terras “férteis”.

A respeito dessas terras “férteis”, vejamos as palavras do representante da EMATER:

“De maneira geral, os solos da Amazônia não são de boa qualidade ou fertilidade, nem por isso deixamos de encontrar manchas com solos muito bons na região. Os nutrientes minerais, ao invés de estarem no solo, em sua maioria estão contidos quase que exclusivamente na biomassa da floresta, que explica o empobrecimento rápido, três a quatro anos dos solos, após o desmate”. (Entrevista concedida por E.P.S. em 2007).

Com a decadência da agricultura, os compradores de cereais foram fechando seus estabelecimentos, a madeira nobre foi ficando cada vez mais cara, o comércio e alguns bancos começaram a decair, ajudados pela política e economia do país e da inflação alta.

No final dos anos 80, as greves se sucediam, o salário tinha decaído, os professores queriam reposições salariais. *“Como em toda greve, poucos resultados positivos obtivemos e muitas aulas para repor”* (Professor e ensino fundamental, 2007).

A “elite” inicia sua mudança do município, lojas, alguns bancos, cerealistas, marcenarias, hotéis e lanchonetes já começam seu fechamento e até falência. O salário não é atraente. A escola começa a perder funcionários.

Os sonhos de fazendas de café, de enriquecimento rápido e fácil acabaram. Os anos 90 se iniciam com uma comunidade disposta a ficar e criar raízes. Quando perguntamos a um comerciante por que não foi embora: “Tinha investido aqui, vim para ficar, se tivesse ido embora, certamente teria perdido o pouco que tinha, crise era e é brasileira” (Comerciante local, 2007).

As pessoas que aqui permaneceram investiram e tentaram criar raízes.

3.5 ESPORTE E O ENSINO-APRENDIZAGEM

Nesses 20 anos de história, a escola teve mudanças radicais em todos os setores, inclusive de sua clientela. O prédio foi sendo derrubado aos poucos. Foi muito difícil continuar com as atividades normais no período de construção.

A escola participa de todos os campeonatos: municipal, estadual. Todos os anos vários troféus são trazidos para escola, motivo de orgulho de professores e alunos.

Com o aumento da carga horária dos professores, diminui o tempo de treinamento dos times. Sempre há um grande esforço dos professores, mas principalmente dos alunos, que fazem promoções para arranjar fundos para comprar materiais de treinamento. *“Pedimos camisetas emprestadas de outros times da cidade, fazemos barracas e rifas”* (Aluno do Ensino Fundamental).

Podemos sentir o orgulho com que ostentavam suas medalhas e troféus. Pode-se notar o orgulho com que falavam de suas vitórias.

De outro lado, vimos alunos apáticos em sala de aula, quando saem nos corredores falam absurdos de seus professores.

No quadro de professores hoje, todos são habilitados, a grande maioria especialista, e está atuando dentro de sua área. Nem sempre foi assim. No começo, nos anos de 87-88, éramos obrigados a ministrar aulas fora da nossa graduação: *“Me obrigavam a ministrar aula de ciências na 8ª série, sendo que não tenho afinidade com a disciplina e eu só tinha o magistério”* (Professora do primeiro ciclo do ensino fundamental, 2007).

A lotação era um problema, não tinha profissionais para preencher as vagas, era preciso convencer os professores de magistério a aceitar aulas de outras áreas, muitos resistiam, não se adaptavam, e o quadro de lotação e os horários eram feitos semanalmente, atendendo professores e alunos.

A lotação, horários e calendários no início dos anos 1980 eram feitos no início do ano. Hoje, podemos verificar que isso é impossível, faziam-se reuniões no início do ano, quando se estabeleciam normas, planejamento, distribuição e turmas, etc.

“Hoje não temos segurança no trabalho, quando inicia o ano letivo, conversamos com a comunidade, planejamos, de repente somos forçados a deixar nossas turmas, pois a lotação foi mudada. Não se tem respeito pelo professor, aluno e comunidade, tudo isso fica em discurso de palanque” (Professor de 5º a 9º ano, 2007).

A comunidade assistia a mudança na lotação, principalmente nas séries iniciais, as crianças não aceitavam a troca de professor e se recusavam a assistir às aulas. A comunidade ficava calada e conformada. Na pesquisa, verificamos que a comunidade escolar da escola Maria do Carmo de Oliveira Rabelo é outra. As pessoas que permaneceram ou chegaram depois, são pessoas mais humildes, não se importavam com o ensino e aprendizagem. Querem que o filho “passe de ano”.

As pessoas, hoje, têm um pouco mais de conforto: energia, televisão, rádios e algum asfalto, e até um campus universitário.

A cidade tem estrutura melhor, as pessoas pretendem ficar. Agora, os professores contam com maior apoio da comunidade: “Nas reuniões de pátio, a diretoria está sempre pedindo alguma coisa, ou então falando dos estragos, uniformes e danação de moleque” (mãe de aluno). *“O coronel Jorge Teixeira de Oliveira, foi o homem que desenvolvei Rondônia, trouxe o progresso, o asfalto, e a dignidade ao povo”* (Comerciante local, 2007).

Quando o comerciante se refere ao progresso, fala da pavimentação da BR-364, que liga Porto Velho a Cuiabá. E o incentivo para a exportação direta de madeira nobre para a Alemanha, Inglaterra e vários outros países da Europa.

O magistério também que dedicou profunda administração, devido às visitas constantes que fazia nas escolas.

Angelo Angelin foi nomeado pela União para substituir Jorge Teixeira de Oliveira, a classe do magistério se encheu de esperança, já que o governador era um professor. Nesse período, foi elaborado o estatuto do magistério, com a participação de todos, porém, os vetos do governo foram muitos e significativos. O estatuto do magistério não impediu a evasão de professores com formação do 3º grau, pois os salários caíam a cada mês.

E foi assim nos anos que se sucederam, governos que priorizaram a educação nos discursos de palanques. A educação tem sido deixada de lado. As

greves se tornaram constantes (dos que resistiam ao magistério). As condições de trabalho eram péssimas, e só foi se agravando ao longo dos anos. A partida dos professores foi rápida, deixando um desfalque no quadro de professores de ensino médio: “Fizeram até concurso para professores do Nordeste e Rondônia, uma tentativa de resgatar a qualidade” (Professor de ensino médio).

Os nordestinos chegaram não se adaptaram, poucos permaneceram. As condições de trabalho e de salário melhoraram um pouco através de sucessivas lutas e movimentos. Tivemos muitas vitórias como o PCCS (Plano de Carreira Cargos e Salários, Plano de Saúde), hoje temos um pouco mais de apoio.

Hoje temos professores cansados da luta, desanimados, com salários defasados devido aos últimos 4 anos sem ao menos reposição salarial, a maioria tem nível superior e especialização.

Os jovens que estão entrando hoje na educação, já estão desanimados, querem fazer outros concursos, outras áreas, sair de sala de aula, onde não encontram motivos para ficar.

Discute-se muito a gestão democrática nas nossas “eleições” para a escola e diretores, mas não são respeitados. São enviadas a tal “lista tríplice”. O governo decide quem fica na direção. A comunidade continua cega, surda e muda.

Repensando esta pesquisa, percebemos que ainda não estamos preparados para o processo de gestão democrática, porque hoje, na atual situação política que vivemos, nenhum gestor conseguiria realizar um só trabalho com visão holística e humana. Precisamos primeiro fazer valer nossas decisões, sermos respeitados, tomarmos coragem e irmos novamente para os enfrentamentos se preciso for, para fazer efetivar nossos direitos.

Hoje cogitam-se novas propostas pedagógicas, tentativas de resgates a qualidade, e a credibilidade da comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunidade escolar, quando tem consciência de seu papel no contexto escolar, reivindica, exige seus direitos, exerce sua cidadania. O que podemos observar é que dentro do ensino público, as pessoas desinformadas, não exigem seus direitos, pois nem sabem que os possuem. Acaba uma maioria decidindo sobre a minoria. Os pacotes chegam prontos, embrulhados muitas vezes por autoritarismo, sem chance de debate entre a comunidade, por desconhecer seus direitos, a comunidade acaba aceitando as determinações sem discutir.

Como “não pode intervir” no processo ensino-aprendizagem, se afasta da escola, e de seus problemas. O que interessa é a nota e a frequência, motivo e razão para ali permanecerem. O diploma ainda é uma possibilidade para conseguir um emprego melhor.

Podemos constatar através de pesquisa que a comunidade escolar Maria do Carmo de Oliveira Rabelo, nem sempre aceitou tudo. Sua comunidade era representada por grupo de pessoas que tinham interesse na aprendizagem. Acompanhavam o ensino-aprendizagem, criticavam e davam sugestões. Esse interesse vinha da intenção de não permanecer em Rondônia. Temiam que retornando a terra natal, seus filhos sofressem com a defasagem educacional. Essa participação ainda que por um grupo de pessoas da comunidade, puxava o desempenho e o compromisso do corpo docente.

Com a partida desse grupo que poderíamos chamar de “fomentador”, a participação da comunidade no ensino-aprendizagem foi cada vez menor. Outras pessoas chegaram, muitas foram embora, e não surgiu outro grupo “fomentador”. O que ocasionou a acomodação dos docentes, discentes e do governo. A política educacional vem piorando a cada ano. O educador foi massacrado com 40 horas, não tem condições de preparar boas aulas, ocasionando conflito na relação professor-aluno.

Podemos sentir que a escola democrática sairá do planejamento participativo, onde a comunidade devidamente politizada e inteirada da problemática educacional, que se dando através de seminários, palestras e debates, promovidos pela APP. Ela terá condições de participar e reverter esse quadro. Sabemos que é uma tarefa árdua, que exigirá mobilização e participação efetiva. O governo constrói escolas, cabe a nós cidadãos transformar este prédio em um centro de cultura, pesquisa e transformação.

Para podermos transformar a a escola só conseguimos ver comunidade e escola integrados, lutando por políticas educacionais centradas nas necessidades da comunidade escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel G. (org) **Da escola carente à escola possível**. 2 ed. São Paulo: Loyola, 1986.

BORDENAVE, Juan E. Dias. **O que é participação**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRASIL, **Lei nº 5.692/71**. Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 11 de agosto de 1971, Brasília: MEC, 1971.

BRASIL, **Lei nº 9394/96**. Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. *Departamento de Ensino Supletivo*. **Parecer nº 692/72 de 1º e 2º graus**. Brasília: MEC, 1972.

BRASIL, Ministério da Educação. **Proposta curricular para educação de jovens e adultos**. Brasília: MEC, 2002.

DURANTE, Marta. **Alfabetização de adultos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

FARIAS, Roberto Carlos. (Org.) **Histórias de Migrantes**. Rolim de Moura: UNIR, 1990.

FERREIRO, Edilia. **Reflexões sobre alfabetização**. 24 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Tradução de Moacir Gadotti e Lílian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **A experiência do MOVA**. São Paulo: Ministério da Educação e Desporto, 1996.

FUCK, Irene Terezinha. **Alfabetização de adultos**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. 4 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

GADOTT, Danilo. **Uma só escola para todos**. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

KLEIMAM, Ângela B. O ensino e a formação do professor: **alfabetização de jovens e adultos**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.

LENHARD, Rudolf. **Sociologia educacional**. 7 ed. São Paulo: Pioneira 1985.

LIMA, Cleuza Bezerra de. **Formação ou regularização de escolaridade**. Rolim de Moura: Universidade Federal de Rondônia – UNIR, 1998. (Monografia).

LOPES, João Batista. **Rolim de Moura seus pioneiros e desbravadores**. Goiânia: Gráfica e Editora Única, 1989.

MENEGOLA, Maximiliano. **E agora escola?** Petrópolis: Vozes, 1991.

NASCIMENTO, Maria Celina. **Como migrei para Rondônia**. *In*: Em cada Página uma História em cada História. Rolim de Moura, Rondônia: 1990.

NOVAIS, F. A. **Aproximações: estudos de história e historiografia**. São Paulo: Cosac Naify, 1986.

NOVAIS, F. A. & MOTA, C. G. **A independência política do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

PAIVA, Vanilda P. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Loyola, 1987.

PARO, Vítor Henrique. **Gestão democrática na escola pública**: Ática, 2000.

SAVIANE, Demerval. **Do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Cortez, 1986.

SOARES, Leôncio José Gomes. **Educação de jovens e adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Ceale/Autêntica, 1998.

SPEYER (1983), Anne Marie. **Educação e campesinato**: uma educação para o homem do meio rural. São Paulo: Ed. Loyola, 1983.

STEIN, Suzana Albatroz. **Por uma educação libertadora**. 5 ed. Campinas/SP: Papyrus, 1991.

TEIXEIRA, Anízio Spinola. **Educação e mundo moderno**. 2 ed. São Paulo: Nacional, 1977.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (cor) **Repensando didática**. 5 ed. Campinas: Papyrus, 1991.